



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

CONTRATO N.º 13, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Contrato que entre si fazem a Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas e a empresa Realiza Cursos, Capacitação, Treinamentos e Gestão Publica Ltda.

Aos 29 de junho de 2022, a Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas neste ato representado pelo Presidente da Câmara em exercício o Sr. Erivelton Rodrigues da Silva e a empresa REALIZA CURSOS, CAPACITACAO, TREINAMENTOS E GESTAO PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Dr. Olavo Gomes Pinto, 160, Centro, São Lourenço - MG, inscrita no CNPJ sob o nº45.338.072/0001-81 pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto deste contrato para fornecimento de Curso de Capacitação para Vereadores da Câmara Municipal no período de 05 a 08/07/2022, sendo estes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	INSCRIÇÕES DE 05 (CINCO) VEREADORES E 01 (UMA) SERVIDORA PARA PARTICIPAR DO "ENCONTRO DE LEGISLATIVOS MUNICIPAIS". NA MODALIDADE PRESENCIAL, EM JUIZ DE FORA-MG.	Unidade	06	R\$ 490,00	R\$ 2940,00

1.2. As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

3.3.90.39.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

2. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. O contrato tem o valor global de R\$ 2.940,00 (Dois mil novecentos e quarenta reais).
- 2.2. Os valores devidos pela CONTRATANTE serão pagos, após o recebimento da NF e prestação do serviço mediante apresentação da respectiva fatura acompanhada dos demais documentos fiscais.



3. DO CONTRATO E DO PRAZO

- 3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do edital e pelos preceitos do direito público.
- 3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no edital e na proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 3.4. A vigência contratual iniciar-se-á a partir da data de assinatura do presente e será finda quando da efetiva entrega de todo o objeto contratado.

4. DA SOLICITAÇÃO E ENTREGA DO ITEM E DEMAIS CONDIÇÕES

- 4.1. O fornecimento do serviço será solicitado mediante ao prévio empenho e o serviço será prestado na data agendada para a capacitação conforme o referido processo de compra.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar o objeto deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.
- 5.2. Fica a CONTRATADA responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste Contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, secundários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.
- 5.3. Deve a CONTRATADA manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do Contrato.
 - 6.1.1. Efetuar pontualmente os pagamentos decorrentes deste contrato;
 - 6.1.2. Fiscalizar a execução deste contrato.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

- I - Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso de entrega, podendo o mesmo ser abatido no ato do pagamento, até o dia de atraso sobre o valor do fornecimento, quando o licitante deixar de cumprir, dentro do prazo previsto, a obrigação assumida.
- II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da expectativa de consumo quando decorridos dias de atraso.
- III - Suspensão do direito de licitar junto ao município de Bom Jardim de Minas-MG pelo prazo que for fixado, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado a administração pública municipal de no máximo 02 (dois) anos.
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar na administração estadual, com publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
- V - A entrega dos produtos fora do prazo estipulado será considerada como recusa formal ensejando as penalidades cabíveis.

8. DA CESSÃO

- 8.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de construir infração passível de penalidade.

9. DO FORO

- 9.1. As questões oriundas deste contrato e serão dirimidas no Foro da Comarca de Andrelândia - MG.

ERIVELTON RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA

REALIZA CURSOS, CAPACITACAO, TREINAMENTOS
E GESTAO PUBLICA LTDA

André Renato da S. Pontes
344.597.337-96

0
Mário Manoel de Oliveira
023.232.588.24